

**HABEAS CORPUS Nº 561.322 - RJ (2020/0033786-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : LEONARDO DE SOUZA NUNES  
**ADVOGADOS** : CARLOS ALBERTO NUNES - RJ084847  
LEONARDO DE SOUZA NUNES - RJ145791  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : MARCIO LIMA DA CUNHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fls. 18-20):

EMENTA - HABEAS CORPUS. PACIENTE PRONUNCIADO PELOS CRIMES DE HOMICÍDIO SIMPLES E HOMICÍDIO DUPLA- MENTE QUALIFICADO TENTADO (ART. 121, CA- PUT, E ART. 121, § 2.º, I E IV, C/C ART. 14, II, AM- BOS DO CÓDIGO PENAL).

ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A CUSTÓDIA CAUTELAR E POR DESNECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA, ALÉM DE POSSUIR O PACIENTE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS E SER INOCENTE.

PACIENTE DENUNCIADO POR TER DETERMINADO A MORTE DA VÍTIMA, DIANTE DA RECUSA DA MESMA NO PAGAMENTO DE TAXA CO- BRADA POR SUPOSTA MILÍCIA DA QUAL O RÉU E SEUS COMPARSAS FARIAM PARTE.

PRETENSÃO À REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA QUE SE NEGA. DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA, ASSIM COMO A QUE A MANTEVE, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS, EM OBSERVÂNCIA AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRISÃO FUNDADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, NA FORMA DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. VÍTIMA SOBREVIVENTE QUE DECLAROU TEMER POR SUA VIDA E AINDA NÃO PRESTOU DEPOIMENTO EM PLENÁRIO.

GRAVIDADE EM CONCRETO DA CONDUTA IM- PUTADA AO PACIENTE. NECESSIDADE DE SE ACAUTELAR O MEIO SOCIAL, A FIM DE EVITAR A REITERAÇÃO CRIMINOSA, O QUE COLOCARIA EM RISCO A ORDEM PÚBLICA.

EVENTUAIS PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES, POR SI SÓS, NÃO JUSTIFICAM A CON- CESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA, QUANDO EXISTEM OUTROS DADOS QUE EVIDENCIAM A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA.

DEMAIS ALEGAÇÕES, DENTRE ELAS A DE QUE O RÉU É

INOCENTE, QUE ENVOLVEM O MÉRITO DA CAUSA E SÃO IMPOSSÍVEIS DE SEREM APRECIADAS PELA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Consta dos autos que o paciente, juntamente com outros corréus, foi denunciado pela prática do delito de tentativa de homicídio qualificado, razão pela qual se encontra preso preventivamente.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, que estão ausentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal no caso vertente.

Salienta não estar demonstrada a autoria delitiva na conduta do paciente.

Requer a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* e, caso conhecido, pela denegação.

Na origem, processo n. 01812737.2018.8.19.0038, encontra-se em fase instrutória, conforme consulta ao andamento processual verificado no *site* do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 12/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade, a autoria delitiva ou a ausência de dolo. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fl. 25):

Passo analisar a representação do Ministério Público pela decretação da prisão preventiva.

O crime imputado aos acusados é passível de decretação de prisão preventiva, nos precisos termos do artigo 313 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva é medida cautelar, constituída da privação de liberdade

do acusado, e que pode ser decretada durante o inquérito ou instrução criminal, diante da existência de pressupostos legais, para assegurar os interesses sociais de segurança, tendo por objetivo a garantia da ordem pública, a preservação da instrução criminal e a fiel execução da pena.

Na hipótese que se descortina nos autos, a custódia provisória dos acusados é indispensável, já que consta dos autos do presente inquérito policial indícios de que os denunciados teriam, em tese, praticado o delito descrito na denúncia.

Extraí-se tais indícios dos depoimentos testemunhais prestados durante a investigação que colocam os ora denunciados, no local do crime e que os mesmos são integrantes de uma milícia privada que atua na região, que causam temor aos cidadãos que ali residem inclusive as testemunhas e a vítima sobrevivente que por certo prestaram seus depoimentos em juízo livres de quaisquer constrangimentos com a restrição cautelar dos denunciados.

**Ressalte-se que os denunciados são alvos de investigação da DRAGO-IE que apontam que os denunciados instituíram o "poder paralelo da milícia", passando a exercer o controle na localidade e, para tanto passaram a cobrar uma "taxa de proteção" exigidas cios comerciantes locais.**

Nota-se que a não decretação da prisão preventiva requerida, poderia, ao menos em tese, por em risco a aplicação da lei, bem como dificultar a instrução criminal, como muito bem salienta o Promotor de Justiça.

Por outro lado, cabe destacar que não se encontram presentes os requisitos ensejadores da concessão das medidas cautelares dispostas no art. 319 do CPP, máxime, em razão dos fundamentos supramencionados, eis que não seriam suficientes para garantir a ordem pública, e ainda, para assegurar a instrução criminal, ante a gravidade do crime.

A prisão dos acusados é necessária para a garantia da ordem pública, uma vez que, em liberdade, realmente colocaria em risco a ordem pública, assim como a integridade física das testemunhas, bem como é necessária também para a garantia da aplicação da lei penal e a instrução criminal.

Em face do exposto, considerando-se as razões expostas na cota denunciada DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE MÁRCIO LIMA DA CUNHA, vulgo "ZEBU" (Policia Militar lotado no 20º BPM), NATANAEL DE OLIVEIRA GONÇALVES, vulgo "NIEL" (Policia Militar lotado no 39º BPM), ANDRÉ LEMOS DA SILVA, vulgo "LEMO" (Policia Militar do 20º BPM), MARCOS PAULO BENTO DE SOUZA, vulgo "MARCOS, MALUCO", DANIEL ALEX SOARES DA SILVA, vulgo "ESCOBAR" e PAULO JOSÉ LIRIO SALVIANO, vulgo "SALVIANO" com fundamento nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. Expeça-se mandado de prisão em desfavor dos denunciados.

Como se vê, o decreto prisional tem fundamento que deve ser considerado válido, em razão da gravidade do crime, praticado em atividade de milícia armada, *passando a exercer o controle na localidade e, para tanto passaram a cobrar uma "taxa de proteção" exigidas cios comerciantes locais.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator